

EXISTE UMA BNCC NA SSP? SUJEIÇÃO E ADESTRAMENTO NA SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA

Deyvid Braga Ferreira *

Elione Maria Nogueira Diógenes **

Geisa Carla Gonçalves Ferreira ***

Resumo: Este artigo objetiva analisar a Matriz Curricular Nacional proposta pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJ), mais especificamente seu objetivo geral de ensino que padroniza as malhas curriculares de todo o País, dos profissionais da área de segurança pública. A metodologia utilizada para desvelar tal problemática foi a pesquisa qualitativa, com revisão bibliográfica. Nossa perspectiva teórica foi a da Análise do Discurso de vertente francesa, que trabalha a relação língua, ideologia e história. Nossa categoria de análise foi a Formação Discursiva. Os resultados desta pesquisa mostraram que tal instrumento de padronização curricular, em vez de apresentar melhoras institucionais, dialoga com os anseios do capital de forma a perpetuar o seu projeto de sociabilidade.

Palavras-chave: Discurso. Sociabilidade. Hegemonia. Educação.

IS THERE A BNCC ON THE SSP? SUBJECTION AND DRESSAGE IN BRAZILIAN PUBLIC SECURITY

Abstract: This article aims to analyze the National Curriculum Matrix proposed by the National Secretariat for Public Security (SENASP/MJ), more specifically its general teaching objective that standardizes the curriculum networks of public security professionals throughout the country. The methodology used to unveil this problem was qualitative research with a literature review. Our theoretical perspective was the French-based Discourse Analysis which deals with the relationship between language, ideology and history. The focused category of analysis was the Discursive Formation. The results of this research showed that this instrument of curricular standardization instead of presenting institutional improvements, dialogues with the wishes of capital to perpetuate its sociability project.

Keywords: Discourse. Sociability. Hegemony. Education.

Introdução

No Brasil, existe uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que influencia todos os profissionais da Segurança Pública Brasileira (SSP), incidindo diretamente em todas as malhas curriculares de todos os agentes da segurança pública estadual (polícia militar, polícia civil e bombeiros militares), sendo, portanto, o foco deste artigo.

Este documento oficial que norteia a construção curricular das forças de segurança estaduais é chamado Matriz Curricular Nacional (2009, sendo

proposto e apresentado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, doravante chamada apenas de SENASP/MJ). Após o lançamento da sua primeira edição, em 2003, outra versão revisada foi lançada em 2005. Entre 2005 e 2007, a SENASP/MJ promoveu, em parceria com o CICV (Comitê Internacional da Cruz Vermelha), seminários intitulados *Matriz Curricular em Movimento*, para que os técnicos educacionais e os docentes das academias de polícia e centros de formação (para policiais e bombeiros militares) pudessem ter conhecimento das novas diretrizes e opinar sobre sua confecção.

Assim como a BNCC, a Matriz Curricular da SENASP/MJ também apresenta objetivo geral, que irá incidir sobre todo o processo de ensino-aprendizagem, influenciando diretamente na construção das malhas curriculares das forças de segurança estaduais, delimitando o que pode ou não ser “ensinado”, o que pode ou não ser “aprendido”. Com seu estudo, buscamos desvelar os pontos de deriva que fogem ao discurso oficial: se o governo sinaliza que é preciso intervir na realidade educacional em segurança pública, mudando a forma e a realidade de aprendizagem para coibir a violência endêmica que hoje assola nosso país. Por outro lado, existem “fatores outros” que precisam ser discutidos e analisados.

Para isso, utilizaremos o referencial teórico da Análise do Discurso Materialista, doravante chamada de AD, fundada por Michel Pêcheux, na França, na década de sessenta do século passado, que trabalha o embricamento entre o sujeito, a história e a ideologia, pensando de que modo a linguagem posta é atravessada por sentidos e de que forma tais sentidos estão ideologicamente a significar (FLORÊNCIO, 2009; CAVALCANTE, 2007).

1 A malha curricular da segurança pública: os processos de sujeição e adestramento

1.1. Da BNCC à Matriz: o papel dos atores de segurança pública

Em nosso país, serão os agentes de segurança pública os responsáveis pela manutenção da ordem e da segurança social seguindo a lei. Essa lei é fruto de um projeto societário tecido por uma classe hegemonicamente dominante, que padroniza o que pode ou não ser feito na sociedade, fiscalizado pelas

Existe uma BNCC na SSP? Sujeição e adestramento na Segurança Pública brasileira

polícias. Ou seja, se alguém furta algo, e na hora está passando uma viatura, será preso, pois infringiu a lei (conforme o art. 155 do código penal, que caracteriza tal ato como crime).

Cada componente dessa área tem sua própria atribuição definida em lei:

Artigo 144: A segurança pública, dever do estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

(...)

IV – *Polícias Civis*;

V – *Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares*.

(...)

(BRASIL, 1988).

A Polícia Civil (PC), que é comandada por Delegados de carreira, tem por finalidade a apuração de todos os crimes e contravenções penais que não sejam de interesse do governo federal. Sua atuação é dissimulada, trabalhando depois do acontecimento criminoso. Não investigam crimes “tipicamente militares”. Com isso, seu papel principal será a investigação dos crimes ocorridos, colhendo todos os elementos de autoria (demonstrar/comprovar quem cometeu o crime, seu autor) e a materialidade (comprovar que realmente o crime ocorreu). Um crime será tipicamente militar quando somente puder ser praticado por militar (exemplo disso é o crime militar de deserção, pois somente um militar pode desertar).

Com relação à Polícia Militar (PM), cabe-lhe o policiamento ostensivo (fardado e caracterizado) e a preservação da ordem pública. Ou seja, em sua atuação, busca inibir o crime em virtude de seu patrulhamento, atuando antes do cometimento do ilícito, para inibi-lo. Por andar de forma ostensiva, ou seja, fardada e caracterizada, demonstra a sua presença no ambiente, dando a todos uma sensação de segurança.

O corpo de Bombeiros Militar (CBM) possui a atribuição de salvamento em seu sentido mais amplo, tratando em suas missões da preservação da vida, além de atividades de defesa civil. Um detalhe interessante é que tanto o CBM quanto a PM são consideradas forças auxiliares e reservas do Exército, para caso de atuação em estado de guerra. Essa situação atípica deve-se à origem

das forças armadas e ao seu estilo de treinamento, visto que é mais fácil “adestrar” um PM ou BM para que se engaje nas Forças Armadas do que qualquer outro integrante da segurança pública. Portanto, Polícia Civil, Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar são os órgãos encarregados da manutenção da Lei e da Ordem nos estados e nos municípios dos quais fazem parte, sendo o principal instrumento de combate à violência e manutenção do próprio Estado democrático de direito. Apresentadas tais explicações, passemos a falar de nosso referencial teórico, para podemos empreender as análises do objetivo presente na matriz curricular da SENASP/MJ.

Quando pensamos nos currículos, nas malhas curriculares que formam tais profissionais, nos filiamos ao pensamento de Arroyo (2011), para quem tal instrumento político mostra-se um campo em disputa, de sorte que diversos grupos de interesses, com valores e pensamentos antagônicos entre si, travam embates pela hegemonia do que se pode ou não ensinar. A Base Nacional Comum Curricular começou suas discussões em 2018 e propõe um currículo unificado para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio em todo o Brasil. Já a Matriz Curricular Unificada da SENASP/MJ/, começa suas discussões em 2003 e propõe uma matriz unificada para toda a segurança pública de nível estadual (PC, PM e CBM). É nesse sentido que tal documento político filtra os conhecimentos tidos por legítimos e oficiais, alijando o senso comum, a cultura pretérita dos formandos e tudo aquilo julgado ilegítimo.

Desse modo, tais regimes de poder estabelecem uma relação complexa com a esfera da crítica. Ao invés de recusá-la ou reprimi-la, buscam absorvê-la e reinterpretá-la nos termos das instâncias institucionais, incorporá-la aos moldes do funcionamento normal da realidade, de sorte que ela só pode ser explicitamente ouvida dobrando-se aos formatos previstos. Como há uma triagem entre modos legítimos de crítica e formas consideradas fora dos quadros legais ou aceitáveis, o espaço da “crítica política” é restrito, já que esta bebe na exterioridade do mundo, para colocar a realidade em questão. Essa maneira de manejar a crítica, incorporando-a, é reforçada pelo fato de que a “dominação pela mudança” incumbe-se também da crítica, mas de uma “crítica interna” (MICHETTI, 2020, p. 09).

1.2 Análise do Discurso Materialista

Conforme Orlandi (1993), a Análise de Discurso fundada por Michel Pêcheux está ligada à compreensão de como as filiações históricas no mundo, em especial no continente europeu, estavam produzindo seus efeitos. O que se buscava estudar na época não era qualquer tipo de discurso, mas aquele de cunho político, que é perpassado pelas questões de luta de classes, movimentos sociais e a história. Com isso, coloca-se em evidência questões ligadas à política e ao marxismo.

Pêcheux, então, propõe que o analista procure o real sentido do ato discursivo, desvelando de que forma sujeito, história e ideologia produzem sentido, pois o ser humano, em suas relações/comunicações, pode utilizar palavras que mudem de contexto quando utilizadas em diferentes ambientes/situações, pois elas (as palavras) podem conter significados que se sobrepõem ao momento do “dito”, podendo ou não assumir outros contextos no decorrer da comunicação (ORLANDI, 2005).

Nesse sentido, esse discurso será efetivado pela história na qual se produziu, que se utilizou da linguagem para ser externado, considerando a ideologia como o caminho de sua constituição/materialização, que possui o poder de (res) significar o já dito e instituir uma nova memória discursiva, uma vez que não é concebível sua neutralidade ou pureza, pois não existe um novo (o discurso “inedito”). Todo discurso é constituído sob a base de outros já existentes, sendo atravessado por outros que já existiram ou que virão a ser externados.

Para que possamos adentrar em nosso objeto de análise, precisaremos desenvolver uma das categorias da Análise de Discurso, a formação discursiva.

1.3 Formações Discursivas

As formações discursivas tiveram seu conceito extraído da *Arqueologia do Saber*, de Foucault (1969). Servindo-se dela, a AD visa designar

Aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito. (...) Diremos que os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações

discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes (PÊCHEUX, 1995, p. 160-161).

É por esse motivo que a formação discursiva constitui-se como uma matriz de sentidos comum a um conjunto de discursos que vem a expressar a posição assumida pelos sujeitos falantes, determinando o que se pode dizer e o que não se pode dizer dentro de um enunciado.

Não devemos pensar que uma formação discursiva seja um dispositivo estrutural fechado e o discurso um bloco uniforme. São as várias formações discursivas que, atravessadas por diferentes vozes, vindas de outros locutores, movimentam as filiações de sentido, criam possibilidades de modificações recíprocas com o fito de se auto manter ou de se auto romper.

Com tal reciprocidade de informações nas materialidades discursivas, os sujeitos enunciadores não são

Totalmente assujeitados às determinações sociais. Também rejeitamos a noção de sujeito livre, fonte de seu dizer. Defendemos um sujeito constituído nas práticas sociais concretas, por elas condicionado, mas também capaz de intervir, de provocar mudanças, uma vez que sendo a realidade social heterogênea e conflitiva, portanto descontínua, o processo de determinação nunca é linear, homogêneo, contínuo (CAVALCANTE, 2007, p. 47).

O discurso tanto é produzido quanto reproduzido na humanidade para atender uma demanda específica, a possibilidade de produção e reprodução da espécie, através de sua forma material, que é a linguagem.

Segundo Orlandi (2005, p. 15),

A palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim, a palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso, observa-se o homem falando. (...) Procura-se (com isso), compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e de sua história.

Todo discurso dialoga com outros discursos que o antecederam e o preconizam, cooptando elementos já produzidos. Ou seja, é produzido a partir

de outros discursos, com os quais concorda ou dos quais discorda, de modo a repetir ou modificar sua tessitura. Isso se dá graças a um movimento de retomada de elementos já ditos que constituem uma memória discursiva.

Assim, é possível ressignificar o que já se disse, promovendo deslocamentos de forma que se citem, se afirmem, se refutem, possibilitando novos dizeres através do que já foi dito e que se denomina interdiscurso. Segundo Orlandi (2005, p. 31),

O interdiscurso é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o (...) saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra.

Outra categoria da AD é o intradiscurso, definida por Orlandi (2005) como aquilo que o enunciador formula, num dado momento, ante à determinada conjuntura e seus significados, de forma a apresentar sempre novos sentidos ao que já fora dito. Isso é possível graças à memória discursiva. É ela que disponibiliza para o sujeito os elementos que comporão o seu discurso.

É a memória discursiva que torna possível a toda formação discursiva fazer circular formulações anteriores já enunciadas. É ela que permite, na rede de formulações que constitui o interdiscurso de uma FD, o aparecimento, a rejeição ou a transformação de enunciados pertencentes à FD historicamente contíguas. Não se trata, portanto, de uma memória psicológica, mas de uma memória que se supõe o (seu) enunciado inscrito na história (BRANDÃO, 2004, p. 76-77).

Até agora falamos de nossas opções teóricas, sempre dentro do dizível, quer dizer, sempre buscando refletir acerca do dito, do posto. Entretanto, é de bom alvitre refletirmos que o não-dito, o pressuposto, o silenciado, também produzem sentido.

Acredito que o mais importante é compreender que: 1. Há um modo de estar em silêncio, que corresponde a um modo de estar no sentido e, de certa maneira, as próprias palavras transpiram silêncio. Há silêncio nas palavras; 2. O estudo do “silenciamento” (que já não é mais silêncio, mas “por em silêncio”) nos mostra que há um processo de produção de sentidos silenciados, que

Existe uma BNCC na SSP? Sujeição e adestramento na Segurança Pública brasileira

nos faz entender uma dimensão do não-dito (ORLANDI, 1997, pp. 11-12).

Ora, o silêncio não é um vazio, um mero coadjuvante da linguagem, uma perspectiva a-histórica. O silêncio relaciona o discurso sempre a outros discursos, complementa-se através das formações discursivas que o sustentam e o atravessam, fazendo sempre significar.

Por isso, a opção do sujeito em significar pelo dito ou pelo não-dito levará em consideração no seio social, marcado pela história e pela ideologia que perpassam, o léxico enquanto agente de interação social.

Partindo desse norte, desses pressupostos teóricos, pretendemos analisar as materialidades discursivas inscritas no objetivo geral presente na Matriz curricular da SENASP/MJ. Nele, existe um forte apelo ao capital, como se pudesse ser tomado em sua plenitude, como a luz no fim do túnel, como uma trilha inequívoca capaz de se auto superar, evoluindo e tornando-se apto a modificar de forma benéfica a própria sociedade.

1.4 Pensar o projeto societário presente nos objetivos pedagógicos da matriz curricular da SENASP/MJ

Os sentidos mobilizados pela matriz não são quaisquer sentidos. Emanam de seu “representante mor”, o chefe político da nação. Coube a seu representante político secundário em nível federal, o ministro da justiça, que por meio de sua pasta vinculada (A SENASP/MJ/ MJ), brinda-nos com a possibilidade de, “finalmente”, termos um documento pedagógico. O referido documento irá contribuir com respostas às questões atinentes à formação dos profissionais da segurança pública.

Seu objetivo é conseguir que essa matriz curricular torne-se uma ferramenta de gestão educacional e pedagógica, uma vez que possui ideias e sugestões capazes de estimular o raciocínio dos agentes de segurança pública necessário à reflexão em seu labor. O escopo é a junção entre a cidadania e a educação para a paz. Mas como pode haver cidadania, como pode haver paz, como pode haver segurança pública, de forma indistinta, se vivemos em uma sociedade estratificada por classes sociais, cujo modo de produção se funda na

exploração do homem pelo próprio homem, propiciando um acúmulo indizível de riquezas para poucos e bolsões de miséria para muitos?

Vejamos o que estabelece a referida matriz:

A Matriz Curricular Nacional fornece, na elaboração (dos) objetivos, (...) subsídios e instrumentos que possibilitam às Academias e Centro de Formação a elaboração de caminhos para que o profissional da área de Segurança Pública possa, *de maneira autônoma e responsável, refletir e agir criticamente em situações complexas e rotineiras de trabalho* (SENASP/MJ, 2009, p. 8, grifos nossos).

Mais uma vez¹, um documento oficial educacional advoga propósitos, aparentemente louváveis, mas que articula tramas de manutenção do projeto de sociabilidade burguês, dissimulando as contradições e os conflitos reais que ocorrem no seio não só social, mas da própria segurança pública, visto que seus integrantes saem dessa mesma sociedade. Como pode o profissional da área de segurança agir de maneira autônoma em situações complexas de trabalho, se ele se insere no aparelho repressor do Estado – a polícia – ? Ele tem autonomia para decidir contra ou a favor de quem (Estado ou classe trabalhadora) deverá agir, ou sua inserção em um aparelho repressor já determina o âmbito dessa “autonomia”?

Nos recortes que escolhemos para análise, poderemos compreender de que forma os “desafios” presentes na Matriz Curricular são postos aos profissionais da Segurança Pública. É a partir das Sequências Discursivas (SD) eleitas que poderemos ter acesso ao discurso oficial, a fim de entender as soluções propostas às questões de “segurança pública” presentes em nosso país, incutindo em seus destinatários (Policiais Civis, Policiais Militares e Bombeiros Militares) a ideia de que esses são diretamente responsáveis pelo “caos social” que hoje aflige o Brasil, pois tem como missão indelével o controle das pautas de conduta socialmente aceitáveis no projeto de sociabilidade burguês.

Nosso *corpus* de análise será constituído do objetivo geral da Matriz Curricular da SENASP/MJ, pois, segundo Cavalcante (2007, p. 121):

¹ Assim como a BNCC, nos trabalhos de: Cavalcante (2007), Saviani (1983, 2008), Gadotti (1987, 1993), Frigoto (1989, 1995, 1998) etc.

Não há prática educativa sem objetivos, pois eles explicitam os propósitos educacionais, ou seja, estabelecem os fins e os meios que orientam as ações [...] para uma direção – para a conservação ou para a transformação. Explicitam, pois as finalidades da educação, face às exigências postas pela sociedade, além de refletirem as opções políticas dos agentes educativos.

Objetivo Geral

SD 1 – As Ações Formativas de Segurança Pública, planejadas com base na Matriz, têm como objetivo geral **favorecer a compreensão do exercício da atividade de Segurança Pública como prática da cidadania, da participação profissional, social e política num Estado Democrático de Direito, estimulando a adoção de atitudes de justiça, cooperação, respeito à lei, promoção humana e repúdio a qualquer forma de intolerância.**

Fonte: Matriz curricular da SENASP/MJ, 2009, p. 14.

Será na palavra, em especial na palavra escrita, que encontraremos a ideologia representando o quanto valem seus locutores, sendo capazes de mobilizar não através e apenas por si só, mas toda a sua autoridade que a Instituição lhe confere.

Nessa sequência discursiva, poderemos observar que apenas quando houver planejamento “com base na matriz”, é que os profissionais da segurança pública poderão finalmente sair da “caverna” e encontrar a luz da verdade. Conforme Bakhtin (2006), todo signo é ideológico porque reflete e refrata as relações sociais. Segundo Pêcheux (1995, p. 160), já anteriormente citado,

O sentido das palavras não pertence à própria palavra, não é dado diretamente em sua relação com a literalidade do significante; ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio histórico, no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas.

Com base nessas contribuições de Pêcheux (1997) e Bakhtin (2006), tomemos algumas expressões da sequência discursiva.

A Matriz Curricular tem por objetivo favorecer a compreensão do exercício da atividade de **Segurança Pública como prática da cidadania** [...] estimulando a adoção de atitudes de justiça,

Existe uma BNCC na SSP? Sujeição e adestramento na Segurança Pública brasileira

cooperação, respeito à lei, promoção humana e repúdio a qualquer forma de intolerância (SENASP/MJ, 2009, p. 14).

Qual o sentido de “Segurança Pública como prática da cidadania” nessa sequência?

Imaginemos uma situação de greve dos trabalhadores da saúde ou da educação que, após infrutíferas tentativas de negociação, organizam um ato de protesto contra o governo, em frente ao palácio. O governo, por sua vez, convoca um batalhão da Polícia militar para reprimir os trabalhadores, impedindo a realização do ato. Como poderíamos falar de justiça, nesse caso? Será que os processos de sujeição e adestramento propostos nos cursos de formação policial e que seguem essa matriz curricular fomentam uma pedagogia da autonomia, com foco na formação de um sujeito crítico e reflexivo ou uma mera pedagogia bancária, para qual o aluno é um receptáculo sem direito a opinar, um mero depósito que não tem direito de questionar, citando Paulo Freire (1987).

Como vimos na citação de Pêcheux, esse enunciado pode expressar sentidos totalmente antagônicos. Na perspectiva dos trabalhadores, uma ação da SP como prática de cidadania, atitude de justiça, etc., seria garantir aos trabalhadores a realização de seu ato. A segurança pública estaria assegurando aos trabalhadores o exercício de sua cidadania – o direito de lutar por seus direitos. Na perspectiva do governo, no entanto, o que se espera é que a segurança pública reprima o movimento grevista, impedindo a realização do ato.

A objetividade material da instancia ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade-subordinação do “todo complexo com o dominante” das formações ideológicas de uma dada formação social, estrutura que não é senão a da contradição da reprodução/transformação que constitui a luta ideológica de classes (PÊCHEUX, 1995, p. 147).

O agente de segurança teria “autonomia” para escolher? Teria possibilidade de julgar quem estaria agindo com “intolerância”, uma vez que lhe cabe “repudiar qualquer forma de intolerância” ou essa autonomia estaria limitada a ações que o próprio Estado estabelece como adequadas?

É por aí que podemos perceber a ambiguidade do discurso oficial – fala-se em autonomia, mas dentro dos limites do que o próprio Estado permite.

Nesse sentido, “agir com autonomia e como prática de cidadania” é agir para garantir as prerrogativas do mais forte, ou seja, do Estado. É nesse sentido que a segurança pública deverá agir para “convencer” mediante o uso da força e não para fazer justiça aos menos favorecidos socialmente. É por isso que, embora a lei determine que todos são iguais, as coisas não funcionam bem assim, porque a classe dominante sempre rege as práticas sociais e isso, na maioria das vezes, implica tolerar o intolerável e não tolerar o que deveria ser tolerado. Retomemos o *caput* dos objetivos da Matriz Curricular Nacional (2009, p. 08)

Fornecer [...] subsídios e instrumentos que possibilitam às Academias e Centro de Formação a elaboração de caminhos para que o profissional da área de Segurança Pública possa, de maneira autônoma e responsável, refletir e agir criticamente em situações complexas e rotineiras de trabalho.

Como podemos inferir, está implícito que basta implementar os preceitos pedagógicos contidos na Matriz que tudo será “apaziguado”. Com os objetivos presentes na Matriz Curricular não é diferente. A mobilização dos sentidos empregados leva a crer que seus autores estão com a missão cumprida, pois, a partir desse momento, com a adoção das “ações formativas” propostas, é transferida a responsabilidade às academias de polícias (Civis, Militares ou Integradas) ou aos Centros de Formação (Militares) que, ao implementarem tais propostas, terão “significativa mudança atitudinal em seus Agentes de Segurança.”

As pistas linguísticas assinaladas nessa sequência discursiva sugerem que, com a implementação dessa grade curricular, haverá uma mudança na forma de agir dos profissionais da Segurança Pública, ao se afirmar que as atividades de segurança pública devem ser vistas como prática da cidadania.

E quem é cidadão no Brasil, hoje? Segundo Cavalcante (2007, p. 110), é na conjuntura da sociedade global que se reconceitualiza a noção de cidadania,

Através de uma revalorização do indivíduo enquanto proprietário, enquanto indivíduo que luta por conquistar (comprar) propriedades-mercadorias de diversa índole. [...] O modelo de cidadão neoliberal é o cidadão privatizado, [...] o consumidor.

Logo, são cidadãos aquelas pessoas com condições econômicas, capazes de se fazer presente na sociedade, sendo útil e consumindo produtos. Imaginemos uma desocupação de terras invadidas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terras, o “cidadão-proprietário” recorre ao poder judiciário que lhe concede uma ordem de reintegração em sua posse, e, conseqüentemente, a desocupação imediata de suas terras que, na maioria dos casos, são grandes glebas de terras improdutivas. Se forem improdutivas, não deveriam possuir uma “destinação social”? Seus ocupantes, por não terem condições de estar em outro lugar, são menos “cidadãos” que os proprietários?

Ora, o Estado brasileiro foi gestado para proteger a propriedade privada, para atender aos anseios das classes politicamente dominantes e, sendo a Segurança Pública um aparelho de Estado, cabe-lhe a função de manutenção dos seus interesses. Ao se afirmar que o planejamento, com base nas orientações da Matriz Curricular, “favorece a compreensão das atividades de segurança pública como prática da cidadania” (Matriz Curricular, 2009), deixa-se perceber o implícito de que em suas atividades cotidianas, basta seguir os preceitos contidos na matriz para que tudo mude, tudo seja diferente. Ledo engano, pois as práticas de cidadania somente atingem a determinado percentual da população, buscando-se, semanticamente, inculcar nesses profissionais a manutenção do *status quo* social, pois as regras do mercado, de um mundo cosmopolita, palco da transnacionalização do capital, sem fronteiras ou quaisquer tipos de barreiras culturais só poderão ser atingidas por aqueles cidadãos-proprietários.

Ou seja, como dizem Marx e Engels (2007, p. 78)

Os indivíduos que formam a classe dominante possuem, entre outras coisas, também uma consciência e, por conseguinte, pensam; uma vez que dominam como classe e determinam todo o âmbito de um tempo histórico, é evidente que o façam em toda a sua amplitude e, como consequência, também dominem como pensadores, como produtores de ideias, que controlem a produção e a distribuição das ideias de sua época, e que suas ideias sejam, por conseguinte, as idéias dominantes de seu tempo.

Para nós, existem evidências de que o sujeito enunciante fala do lugar da Formação Ideológica do capital. Suas palavras convocam outros discursos para com ele dialogarem e conferir-lhes sua autenticidade. Quando se coloca na matriz curricular que a “compreensão do exercício da atividade de Segurança Pública” está umbilicalmente ligada à “prática da cidadania” (Matriz Curricular, 2009), na perspectiva do neoliberalismo, ser cidadão é ser proprietário/consumidor, a atividade de Segurança Pública deve ser de proteção aos interesses desse “cidadão” – proprietário/consumidor.

O Agente de Segurança que fora historicamente alijado do seio social, que trabalha em condições precárias recebendo um salário indigno, deve possuir atitudes que estimulem a prática da: justiça, respeito as leis, repudio à intolerância... Mas, como inculcar tais noções, se ele próprio é injustiçado? O sentido de termos como justiça, cidadania, cooperação varia de acordo com o lugar social a partir do qual é enunciado. O que é fazer justiça diante de um pai de família, desempregado que entra em um supermercado rouba uma cesta básica para alimentar sua família?

Em uma sociedade estratificada por classes sociais, em que seu caráter conflituoso é observado em quaisquer locais (públicos ou privados), a manutenção de referências ideológicas que neguem ou alijem a tomada de consciência do indivíduo desse estado, é nodal para manter a subserviência que quem está alienado, impedindo a tomada de consciência e, conseqüentemente, compreensão de mundo, pois todo processo discursivo é materialmente inscrito numa relação ideológica de classes. Isso ocorre porque,

As contradições ideológicas que se desenvolvem através da [...] língua são constituídas pelas relações contraditórias que mantêm, necessariamente, entre si os “processos discursivos”, na medida em que se inscrevem em relações ideológicas de classe (PÉCHEUX, 1995, p. 93).

A partir desse momento, todas as matrizes estaduais, de toda a força policial brasileira, encontram-se em descrédito, pois são velhas, decadentes, relegadas ao ostracismo. Nesse discurso oficial, em sua tessitura, milhares de fios ideológicos são juntados, para que, de forma quase imperceptível, a malha

curricular governamental ganhe legitimação em detrimento de quaisquer outras, sem que isto provoque embates, pelo fato de que

As pessoas falam para serem ouvidas, às vezes para serem respeitadas e também para exercerem uma influência no ambiente em que realizam seus atos [...] O poder da palavra é o poder de mobilizar a autoridade acumulada pelo falante [...] Uma variedade linguística vale o que vale na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles tem nas relações econômicas e sociais (GNERRE, 1991, p. 05-06).

Considerações finais

A AD possui um campo específico de estudos/atuação: o discurso. E o discurso não se resume à língua ou à fala. Ele é práxis humana, sendo essa entendida como prática de sociabilidade entre os seus falantes, que carrega a ideologia as quais estão filiados seus sujeitos, refletindo e refratando os processos históricos de articulação das suas relações sociais.

Foi por tal motivação que escolhemos a AD e seus pressupostos teóricos – metodológicos para que pudéssemos analisar o Objetivo Geral da matriz curricular, para que pudéssemos trazer os sentidos outros de sua tessitura não só com outros discursos que foram produzidos, mas de que forma suas ideologias possibilitam uma nova significação no ensino dos profissionais da segurança pública.

Em nosso País, devido à escolha pelo direito positivado (escrito), o discurso escrito possui a característica de mobilizar e pautar as condutas socialmente aceitáveis não só pela ideologia e mobilização da autoridade do seu elaborador, mas pelo seu aspecto coercitivo, impositivo, que aplica penas aos seus “infratores”.

O sujeito discursivo que nos apresenta a matriz (secretário de segurança pública – que obedece às determinações do presidente da república) não só fala, mas mobiliza toda a sua autoridade e poder, que são sentidas nas relações não só sociais, mas econômicas.

Um bom exemplo foi a não obrigatoriedade de adesão à matriz, que ficou “ao livre arbítrio” dos chefes do executivo estadual e do distrito federal de cada unidade federativa. Só que, nesse discurso, que reflete e refrata as relações de dominação e subserviência entre os falantes (relações de cultura, política, social e, nesse caso principalmente, econômicas), fora ligeiramente velado que a não adoção dessa matriz acarretaria o não repasse de verbas do governo federal. Com isso, observamos as relações de mando e subserviência presentes nesse documento pedagógico, que faz um liame entre o enunciante e seus destinatários.

A implantação dessa matriz curricular, na perspectiva dos discursos ora analisados, mostra que a formação do profissional com base nesse documento é que assegurará uma mudança no paradigma da segurança brasileira. Nossa análise acerca do objetivo geral de ensino presente na matriz curricular, nos indica que ao se criar uma matriz curricular unificada na segurança pública, o Estado, enquanto agente perpetuador dos ideais burgueses da classe dominante, aplica em seus agentes da segurança pública a difusão de uma pedagogia hegemônica, limitando a classe policial ao conformismo ou ostracismo, ditando o que será o ideal, as ideias e as práticas que devem perpassar na sua aprendizagem.

A “pedagogia da hegemonia”, portanto, proposta por essa Matriz Curricular Unificada, é uma forma ideológica e maniqueísta, que visa unicamente impedir o nível de conscientização política e organizacional das classes subalternas (trabalhadores) de alcançarem consciência do direito que possuem na participação da condução do estado, podendo gerir o processo legislativo (elaboração das leis) e administrativo (administração pública), alcançando, com isto, o *status* de classe social dominante sob os grupos que disto não se conscientizaram, passando a ser o grupo social subordinado (NEVES, 2005).

Parece-nos que tais objetivos só fomentam a reprodução das relações ideológicas de concepção não só de mundo, mas da defesa dos interesses das classes que politicamente encontraram-se/encontram-se no poder político. Conforme observamos em nossas análises, a segurança pública não ficou para traz nesse processo, acompanhando *pari passo* as classes dominantes e garantindo a sua tranquilidade. Nesse sentido, aos meios de educação, de

instrução deste “contingente de vigias”, teve sua educação voltada a manter as classes dominantes, respondendo de forma automática aos seus anseios e legitimação de sua reprodução, enquanto “braço armado estatal” (MESZÁROS 2007; 2008).

Ora, é no currículo acadêmico que encontramos o que pode ou o que não pode ser “ensinado”, o que pode ou não ser “aprendido”. Nesse sentido, a Matriz da SENASP/MJ/MJ cria um *sistema educacional único* com o fito de sedimentar o conteúdo a ser ministrado para os profissionais da Segurança Pública em nosso país, onde ficará assente a expressão de princípios e metas do projeto educativo balizado por esta matriz.

Através dos processos educativos para os quais uma Matriz Curricular serve de baliza aos conteúdos a serem ministrados, o *campus* educativo tem um duplo viés, que ora subserve aos anseios da classe politicamente dominante, em busca da manutenção de sua hegemonia sob a “vassalagem”, mas que, por outro lado, pode, também, integrar uma “política anti hegemônica”, de transformação dessa política educacional “secular”, contribuindo para uma resistência, para uma cisão com esta prática nefasta, trilhando a superação desse (MANFRÉ, 2020).

Esperamos com esse trabalho ter contribuído para que os profissionais da segurança pública tenham acesso a um material crítico, um material diferente dos oficiais, sobre uma matriz curricular que lhes fora imposta e, a partir desse referencial teórico, possam tomar consciência de seu papel na sociedade, de forma a quebrar a lógica do capital, atuando como atores da história brasileira e não como meros coadjuvantes.

Notas

* Deyvid Braga Ferreira é Doutorando em Linguística (PPGLL/FALE/UFAL), Membro do Grupo de Pesquisa Estado, Políticas Sociais e Educação Brasileira (GEPE), Mestre em Educação (PPGE/CEDU/ UFAL) e Graduado em Direito pelo CESMAC/AL.
E-mail: deyvidbrafe@bol.com.br

** Elione Maria Nogueira Diógenes é graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), onde concluiu o Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas. Concluiu o Doutorado e realizou o Estágio de Pós-Doutorado na área de Políticas Públicas da Educação, no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Existe uma BNCC na SSP? Sujeição e adestramento na Segurança Pública brasileira

É líder do Grupo de Pesquisa sobre Estado, Políticas Sociais e Educação Brasileira (GEPE). E-mail: elionend@uol.com.br

*** Geisa Carla Gonçalves Ferreira é Doutora em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Graduada em Pedagogia e graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Pesquisadora no Grupo de Pesquisa Sobre Estado, Políticas Sociais e Educação Brasileira (GEPE). E-mail: geisa.ferreira@cedu.ufal.br

Referências

ARROYO, M. G. **Currículo: território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12ed. Trad. de Michel Lahud, *et al.* São Paulo: HUCITEC, 2006.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. São Paulo: UNICAMP, 2004.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 07 jul. 2021.

CAVALCANTE, M. do S. A. O. **Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira: o simulacro de um discurso modernizador**. Maceió: EDUFAL, 2007.

FLORENCIO, A. M. G., *et al.* **Análise do discurso: Fundamentos e práticas**. Maceió: EDUFAL, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GNERRE, M. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Existe uma BNCC na SSP? Sujeição e adestramento na Segurança Pública brasileira

MANFRÉ, A. H. (2020). Base Nacional Comum Curricular e (semi) formação: quais os dilemas da escola atual?. *Revista Contexto & Educação*, v. 35, n.111, p. 9–28, 2020.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2007.

MESZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MICHETTI, M. Entre a legitimação e a crítica: as disputas acerca da Base Nacional Comum Curricular. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, n. 102, 2020.

NEVES, L. M. W.(Org.). **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

ORLANDI, E. P. (Org). **Gestos de leitura da história no discurso**. São Paulo: UNICAMP, 1993.

_____. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 6ed. Rio de Janeiro: Pontes, 2005.

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 4ed. São Paulo: UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. de Eni P. Orlandi, *et al.* 2ed. São Paulo: UNICAMP, 1997.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. de Eni P. Orlandi, *et al.* 2ed. São Paulo: UNICAMP, 1995.

Existe uma BNCC na SSP? Sujeição e adestramento na Segurança Pública brasileira

SENASP/MJ. **Malha curricular unificada da Segurança Pública Brasileira.**

Secretaria Nacional de Segurança Pública. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/search?SearchableText=matriz+curricular>+ Acesso em: 07 jul. 2021.